

## **Planejamento Financeiro de Curto Prazo nas Pequenas e Médias Empresas de Sergipe**

**MOISÉS ARAÚJO ALMEIDA**

*Universidade Federal de Sergipe - UFS*

**DÉBORA CINDY SANTOS ALMEIDA**

*Universidade Federal de Sergipe - UFS*

**PATRÍCIA COSTA NASCIMENTO**

*Universidade Federal de Sergipe - UFS*

**JOSÉTE FLORENCIO DOS SANTOS**

*Universidade Federal de Pernambuco - UFPE*

### **Resumo**

Este artigo tem por objetivo investigar os mecanismos de planejamento financeiro utilizados pelas pequenas e médias empresas do Estado de Sergipe. Estudar as pequenas e médias empresas ganha relevância pela importância que elas desempenham na economia nacional. Trata-se de uma pesquisa exploratória-descritiva realizada junto às empresas localizadas na cidade de Itabaiana e cadastradas na Federação das Indústrias do Estado de Sergipe. A amostra é composta por 30 empresas, o que representa 41,7% do universo investigado. A coleta de dados foi realizada em janeiro/2016 e o instrumento de pesquisa utilizado foi um questionário constituído por questões fechadas de múltipla escolha. A análise dos dados foi realizada com o uso de estatística descritiva. Um terço destes foram respondidos pelos proprietários e 57% dos entrevistados são pessoas experientes, com mais de 6 anos de atuação no setor. Quanto às empresas, observou-se que elas são em sua maioria consideradas como micro e pequenas empresas (em torno de 90% da amostra) e de natureza familiar (86,7%). No que se refere aos mecanismos de planejamento financeiro, destaca-se que 73,3% das empresas realizam previsão formal de entradas e saídas de caixa. Com relação aos prazos médios, quando comparados os prazos de pagamentos a fornecedores e os prazos de recebimento das vendas, nota-se que enquanto 46,7% das empresas tem apenas um mês para realizar os pagamentos de suas compras junto aos fornecedores, somente 26,7% dessas empresas recebem de seus clientes dentro do prazo de um mês. Se não fosse a grande representatividade dos recebimentos à vista, certamente estas empresas enfrentariam problemas de fluxo de caixa devido a esse desequilíbrio entre os prazos de pagamento e recebimento.

**Palavras chave:** Planejamento financeiro, Finanças de curto prazo, Pequenas e médias empresas.

1.

## **Introdução**

Os temas estudados em finanças comumente são divididos em curto e longo prazo, dentre os quais estão inclusos aqueles que tratam do planejamento financeiro. O presente estudo focará sobre o planejamento financeiro de curto prazo. As finanças de curto prazo consistem em uma análise das decisões que afetam os ativos e passivos circulantes, com efeitos sobre a empresa dentro do prazo de um ano (Ross, Westerfield, & Jaffe, 2009).

O planejamento financeiro é uma das ferramentas gerenciais que auxilia na tomada de decisão. O gestor precisa decidir sobre a necessidade de financiamentos ou de realização de investimentos no curto prazo, de forma que os recursos possam ser utilizados de maneira mais eficiente.

O planejamento financeiro ajuda a garantir a disponibilidade de fundos (Pohren, 2007). Segundo Assaf Neto (2014), a maior parte do financiamento das empresas brasileiras origina-se do crédito bancário e as instituições financeiras costumam direcionar a maior parte de seus recursos livres para empréstimos de capital de giro, de curto prazo.

Já para Roberts (2015), a dívida é o tipo mais comum de financiamento externo usado pelas empresas durante seu ciclo de vida. As empresas de pequeno porte normalmente precisam de financiamento por meio de dívida para comprar equipamentos, edifícios e instalações, refinanciar dívidas existentes, contratar profissionais necessários, obter mercado utilizando descontos atraentes com pronto pagamento junto aos fornecedores, e assim por diante (Alhabeeb, 2015).

No Brasil, pesquisas recentes sobre planejamento financeiro têm-se voltado para as pequenas e médias empresas (ver, por exemplo, Dias e Laufer (2014) e Vianna (2014)). Estudar as pequenas e médias empresas ganha relevância pela importância que elas desempenham na economia nacional. Dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) (2014) apontam que, na economia brasileira, os pequenos negócios são 8,9 milhões de micro e pequenas empresas e respondem por 27% do PIB, 52% dos empregos com carteira assinada e 40% dos salários pagos. Além disso, as micro e pequenas empresas são as principais geradoras de riqueza no Comércio no Brasil, já que respondem por 53,4% do PIB deste setor. No PIB da Indústria, a participação das micro e pequenas (22,5%) já se aproxima das médias empresas (24,5%). E no setor de Serviços, mais de um terço da produção nacional (36,3%) têm origem nos pequenos negócios (SEBRAE, 2014). Esta pesquisa também ganha importância por serem poucos os estudos sobre as pequenas e médias empresas do Estado de Sergipe.

Ante o exposto, tem-se como questão de pesquisa: Quais mecanismos de planejamento financeiro de curto prazo são utilizados pelas pequenas e médias empresas do Estado de Sergipe? Para responder a esta questão de pesquisa, o presente trabalho tem por objetivo investigar os mecanismos de planejamento financeiro utilizados pelas pequenas e médias empresas do Estado de Sergipe.

Como contribuição do ponto de vista prático, conhecendo os mecanismos de planejamento financeiro utilizados pelas empresas, espera-se que estas possam estabelecer melhor suas estratégias de gestão de recursos de curto prazo. Assim, espera-se que os resultados aqui apresentados possam proporcionar melhor uso das ferramentas gerenciais para fins de tomada de decisão por parte dos gestores.

Além desta introdução, o trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: na seção 2 é apresentado o referencial teórico; na seção 3 são discutidos os procedimentos metodológicos das pesquisas; na seção 4 são apresentados os resultados da pesquisa; e na última seção são apresentadas as conclusões do estudo.

## 2. Referencial Teórico

Nesta seção é feita uma breve discussão teórica-conceitual sobre o planejamento financeiro de curto prazo e em seguida são apresentados alguns resultados empíricos obtidos por estudos anteriores.

De acordo com Ross *et al.* (2009), as finanças a curto prazo preocupam-se com as atividades operacionais a curto prazo. Estes autores explicam que:

Essas atividades geram padrões não sincronizados e incertos de entrada e saída de caixa. Não são sincronizados porque os pagamentos de compras de matéria-prima não ocorrem ao mesmo tempo que o recebimento de dinheiro correspondente à venda do produto. São incertos porque as vendas e os custos futuros não são conhecidos com certeza (Ross *et al.* (2009, p. 602).

Convém destacar que as decisões financeiras a curto prazo envolvem entradas e saídas de caixa no prazo máximo de um ano (Ross *et al.*, 2009). Por esta razão, a gestão financeira de curto prazo é também chamada de gestão do capital circulante ou do capital de giro.

Ao discutir planejamento financeiro é importante observar o ciclo operacional e o ciclo financeiro da empresa. Conforme Ross *et al.* (2009), o ciclo operacional é o prazo entre a chegada de matéria-prima para estoque e a data na qual as contas a receber são pagas pelos cliente e o ciclo financeiro inicia-se quando as compras de matérias-primas são pagas e termina quando se recebe o pagamento das contas a receber. A análise desses ciclos contribui para que a empresa mantenha uma boa gestão financeira, sem que haja déficit ou excesso de recursos no curto prazo. Em outras palavras, contribui para que, havendo previsão de déficit de recursos, a empresa busque alternativas de financiamento, ou havendo sobra de recursos, busque alternativas de investimentos no curto prazo.

Segundo Brealey, Myers & Allen (2013), as decisões sobre os ativos de curta duração – estoques, contas a receber, caixa e títulos negociáveis – são interdependentes. Eles esclarecem que:

Por exemplo, suponha que o gestor financeiro decida oferecer mais tempo para seus clientes pagarem as encomendas. Isso reduz os fluxos de caixa futuros e os saldos de caixa, ou, talvez, o gerente de produção adote um sistema *just-in-time* para encomendar as suas matérias-primas. Isso permite à empresa operar com estoques menores e, portanto, liberar capital (Brealey *et al.* (2013, p. 679).

Assim, o planejamento financeiro possibilitará a tomada de decisões mais acertadas acerca das necessidades de recursos financeiro no curto prazo por parte da empresa. Nesta linha, Ross *et al.* (2009) explicam que:

A necessidade de tomada de decisões financeiras a curto prazo é indicada pela defasagem entre as entradas e saídas de caixa. Essa defasagem depende da duração do ciclo operacional e do prazo para pagamento de contas. Essa defasagem pode ser coberta pela obtenção de empréstimos ou pela manutenção de uma reserva de liquidez em títulos negociáveis. Pode ser encurtada pela alteração dos prazos de estoques, contas a receber e contas a pagar (Ross *et al.* (2009, p. 603).

Com relação aos trabalhos empíricos publicados mais recentemente sobre o tema, destaca-se o estudo de Marinho (2015), que teve por objetivo analisar as políticas de tesouraria e financiamento de curto prazo usadas nas pequenas e médias empresas (PMEs) portuguesas antes da crise econômica e financeira de 2008 e quais as fontes de financiamento de que dispõem e utilizam atualmente. A pesquisa foi dividida em duas fases. Na primeira fase, que correspondeu a uma pesquisa quantitativa e descritiva, foram investigadas quais as políticas de tesouraria usadas pelas PMEs, nos anos de 2007, 2010 e 2012, selecionando assim um ano antes da crise financeira e outros dois anos depois, para analisar os efeitos pós-crise. A amostra foi composta por 24 PMEs do distrito de Bragança (Portugal) e selecionada por conveniência. Na segunda fase, foi realizado um estudo exploratório e descritivo por meio da aplicação de questionários, sendo investigadas as estratégias e políticas usadas pelos responsáveis financeiros na gestão de tesouraria das suas empresas e quais as fontes de financiamento de que dispõem e utilizam. Esta fase contou com uma amostra por conveniência de 12 empresas, de um total de 90 que receberam o questionário da pesquisa. Os resultados da pesquisa mostram que, comparativamente com as demais empresas portuguesas, as PMEs do setor da construção do distrito de Bragança suscitaram indícios de recorrerem mais ao financiamento bancário de curto prazo. Relativamente às políticas de tesouraria e financiamento de curto prazo utilizadas pelas empresas da amostra em estudo, constatou-se que os gestores financeiros privilegiaram o recurso ao crédito bancário (54%), seguido do crédito de fornecedores (23%). Observou-se ainda que o prazo médio de pagamento tem-se mantido inalterado (nos últimos 6 meses) mas o prazo médio de recebimento manteve-se ou aumentou, induzindo alguma pressão na gestão de tesouraria das empresas.

Já no âmbito nacional, destacam-se estudos empíricos realizados por Dias e Laufer (2014) e Vianna (2014). Dias e Laufer (2014) buscaram identificar como era realizado o planejamento financeiro das empresas supermercadistas de porte compacto do Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul, com mais de 10 anos de existência. A pesquisa foi realizada em uma amostra não-probabilística e por conveniência. Eles dividiram o estudo em duas etapas, sendo uma qualitativa e outra quantitativa. Na primeira etapa, os autores realizaram entrevista semiestruturada em 6 (seis) supermercados compactos. De posse dos resultados desta etapa, eles elaboraram um questionário com perguntas fechadas de múltipla escolha, sendo aplicado o instrumento de coleta de dados em 33 supermercados. Os resultados desta pesquisa apontam que o planejamento financeiro realizado pelas empresas é muito informal e que apesar de possuírem sistema informatizado não o utilizam. Além disso, os supermercados investigados não utilizam fluxo de caixa nem realizam orçamento de compras. Ainda foi observado que a mesma pessoa que realiza as compras também controla a parte financeira. As compras são realizadas de forma especulativa (além da necessidade) com a finalidade de aproveitar os preços e aumentar a competitividade. As contas a pagar são controladas por meio de “pastinhas” e estes valores são atualizados uma vez por semana.

Vianna (2014) investigou a gestão financeira de empresas pertencentes à Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC). A amostra foi escolhida por acessibilidade e contou com 34 respondentes, representando cerca de 10% da população investigada. A pesquisa foi realizada de forma qualitativa e quantitativa. Para a parte qualitativa, o autor realizou entrevista com duas empresas e para a parte quantitativa realizou um *survey*, o qual teve como instrumento de coleta de dados um questionário semiestruturado. Os resultados obtidos mostram que 92% da amostra era composta por microempresas de diferentes segmentos econômicos (indústria, comércio e serviços); a gestão financeira em 60% das empresas é feita

pelo proprietário do negócio; 81% dessas empresas elaboram e utilizam o fluxo de caixa; e 67% realizam planejamento financeiro. Outro resultado relevante é que o controle de estoques é feito com base na confiança, dada a inexistência de sistemas integrados de controle e inventários periódicos. A principal conclusão que o autor chega é que a preocupação do gestor financeiro se concentra nas finanças de curto prazo, o que é evidenciado na preocupação com caixa e bancos, controle de contas a pagar e a receber, além dos estoques. Por outro lado, o autor observou que os indicadores e demonstrativos (mesmo obrigatórios) mais elaborados são descartados pela maior parte das empresas (com exceção da Demonstração do Resultado do Exercício).

Alguns trabalhos anteriores também merecem ser destacados pela sua contribuição empírica sobre o tema, a exemplo de Belo (2009) e Pohren (2007). Belo (2009) analisou aspectos relacionados ao planejamento financeiro, abordando a importância, os benefícios e também os esforços e riscos das pequenas empresas não se planejarem financeiramente. O autor realizou um estudo de caso envolvendo duas empresas: uma pequena empresa de consultoria na área de tecnologia da informação e outra prestadora de serviços contábeis, sendo que esta é prestadora de serviços daquela. A coleta de dados foi feita por meio de questionários. A principal conclusão do estudo é que não há elaboração e acompanhamento do planejamento financeiro para pequenas empresas que terceirizam a contabilidade.

Pohren (2007) buscou desenvolver um modelo de planejamento financeiro que contemplasse as funções primordiais da administração financeira, para ser implantado em pequenas e médias empresas. Trata-se de uma pesquisa de campo de natureza exploratória, realizada com seis pequenas e médias empresas, que desempenham atividade de comércio, indústria e prestação de serviços, localizadas em algumas cidades do Vale do Taquari no Rio Grande do Sul. Os resultados apontam que as empresas estudadas apresentam uma fragilidade no processo decisório devido a uma grande carência de informações e controles que auxiliem neste processo, bem como da dificuldade de acompanhar o desempenho dos negócios e traçar metas para o futuro, pois normalmente dispõem apenas do controle de caixa e bancos e das contas a pagar junto a fornecedores, impostos e financiamento e, das contas a receber, num horizonte de tempo de no máximo trinta dias. Na visão da autora, em razão da falta de planejamento financeiro, as empresas terão dificuldades em acompanhar seu negócio, no sentido de saber se a atividade operacional apresenta lucro ou prejuízo, se o capital está sendo remunerado adequadamente considerando o risco do negócio, se há disponibilidade financeira para investir na expansão de seus negócios ou qual a necessidade de recursos para a manutenção de suas atividades operacionais.

Face aos resultados apresentados, observa-se que os instrumentos de planejamento financeiro previstos na literatura ainda não são totalmente empregados pelas pequenas e médias empresas. Isto reforça a necessidade de estudos, para que, a partir dos resultados, possa-se melhor orientar a gestão empresarial em suas decisões de curto prazo.

### **3. Procedimentos Metodológicos**

Nesta seção é feita inicialmente a caracterização da pesquisa, juntamente com o universo e a amostra estudada. Em seguida são discutidos os procedimentos utilizados para a coleta e a análise dos dados.

#### **3.1. Delineamento, Universo e Amostra da Pesquisa**

A presente pesquisa pode ser caracterizada como exploratória-descritiva. Exploratória porque, conforme Vergara (2015), este tipo de pesquisa é realizada em área na qual há pouco

conhecimento acumulado e sistematizado. Também é descritiva pois, segundo Gil (2010), as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição de características de determinada população ou fenômeno.

A fonte consultada para obter informações do universo da pesquisa foi o Cadastro Industrial de 2012 da Federação das Indústrias do Estado de Sergipe (FIES) (2015), por ser este o mais recente disponibilizado por esta instituição. Para compor o universo a ser pesquisado foram selecionadas as empresas localizadas na cidade de Itabaiana, pela sua relevância econômica em Sergipe, haja vista que é a terceira maior cidade do Estado em termos populacionais e a segunda em volume de negócios, perdendo apenas para a capital. As empresas investigadas pertencem a diferentes segmentos industriais, apresentados na Tabela 1 conforme Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

Tabela 1: Universo e amostra da pesquisa

Setor econômico	Universo	Amostra
Fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais	20	9
Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras	5	5
Fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos	26	3
Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhões	9	2
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	2	2
Fabricação de cal e gesso	2	2
Outros	8	7
<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>30</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Foram classificados como “outros” os setores econômicos que contaram com a participação de apenas uma empresa: confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confecções sob medida; fabricação de artefatos diversos em madeira, exceto móveis; fabricação de bijuterias e artefatos semelhantes; fabricação de massas alimentícias; recuperação de materiais plásticos; serrarias com desdobramento de madeira; e, vidro e produtos de vidro.

A amostra foi selecionada por acessibilidade, sendo composta pelas empresas que se disponibilizaram a participar da pesquisa, totalizando 30 empresas, o que representa 40,5% do universo investigado.

### 3.2. Coleta e Análise dos Dados

Uma das particularidades da pesquisa descritiva é a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário (Gil, 2010). A coleta de dados foi realizada em janeiro/2016 por meio de questionário, composto por questões de múltiplas escolhas. Os questionários foram aplicados diretamente pelos pesquisadores.

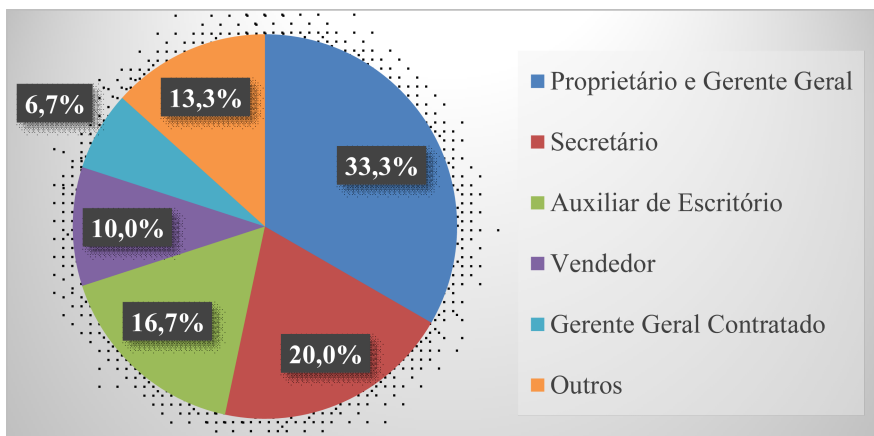
A análise do dados foi feita com estatística descritiva, com auxílio do aplicativo estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) e as tabelas e quadros foram elaboradas também com auxílio do *Microsoft Excel*.

## 4. Análise dos Resultados

Inicialmente é apresentada a caracterização dos entrevistados e das empresas e, em seguida, são discutidos os aspectos investigados acerca do planejamento financeiro dessas empresas.

#### 4.1. Caracterização do entrevistado e da empresa

Acerca do entrevistado, foi investigado qual a sua posição ocupada na empresa. Os resultados obtidos podem ser vistos na Figura 1 a seguir.

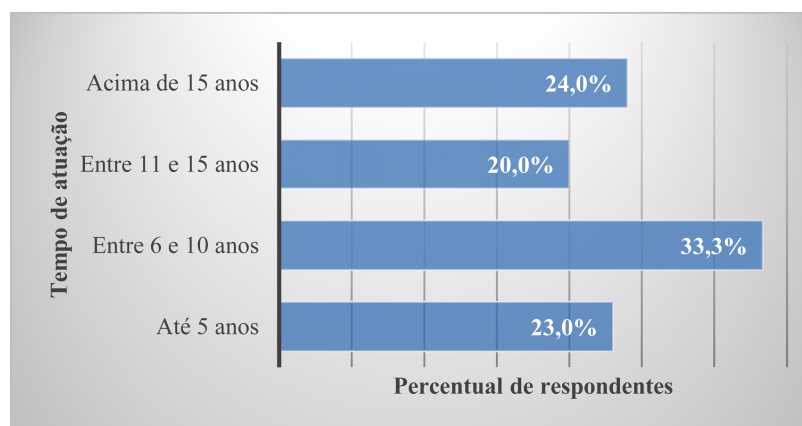


Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Figura 1: Posição do entrevistado na empresa

Os resultados mostram que um terço dos entrevistados foram os próprios proprietários das empresas. No entanto, outros profissionais das empresas se apresentaram como aptos para responder ao questionário, certamente pelo fato de nas micro e pequenas e até nas médias empresas as pessoas acumularem mais de uma função e por boa parte delas serem de natureza familiar. São eles: secretário (20%), auxiliar de escritório (16,7%), vendedor (10%), gerente geral contratado (6,7%), gerente administrativo-financeiro (3,3%), auxiliar de recursos humanos (3,3%), carpinteiro (3,3%) e supervisor (3,3%).

Em seguida foi investigado o tempo de experiência que o entrevistado possui no setor em que atua, cujos resultados podem ser observados na Figura 2.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Figura 2: Tempo de atuação do entrevistado no setor

Dos entrevistados, 57% possui mais de 6 anos de experiência no setor, sendo que 33% atua entre 6 e 10 anos e 24% há mais de 15 anos. Apenas 23% dos entrevistados possuem menos que 5 anos de atuação no setor. Isso demonstra que a maior parte dessas empresas apresentam condições favoráveis a permanência de seus funcionários por um quantidade significativa de anos. Além disso, representa a confiabilidade dos proprietários no responsável pela área financeira, percebido pelo tempo que os pesquisados atuam na área.

Também foi investigada se a empresa era de natureza familiar. A seguir são apresentados os resultados obtidos.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Figura 3: Tipo de empresa

Observa-se que 86,7% das empresas investigadas são de natureza familiar, sendo esta uma característica das empresas brasileiras e não apenas das pequenas e médias empresas. Estudando as empresas do sul do Brasil, Vianna (2014) também observou que quem cuidava das finanças da empresa era um contratado ou familiar, com predominância do dono da empresa e familiares. Seus resultados mostram que na maioria (60%) das pequenas e médias empresas é o dono ou um familiar que está à frente da gestão financeira.

Para identificar o porte da empresa foram utilizados dois critérios: o número de funcionários e a receita bruta anual. Os resultados da classificação segundo o número de funcionários segue o modelo proposto pelo SEBRAE (2015) para empresas industriais e podem ser vistos na Tabela 2.

Tabela 2: Porte da indústria segundo o número de funcionários

Porte da empresa	Número de funcionários	Número de empresas	%
Microempresa	Até 19	16	53,3%
Pequena empresa	De 20 a 99	12	40,0%
Média empresa	De 100 a 499	2	6,6%
<b>Total</b>		<b>30</b>	<b>100%</b>

Nota: Critério de classificação segundo o SEBRAE.

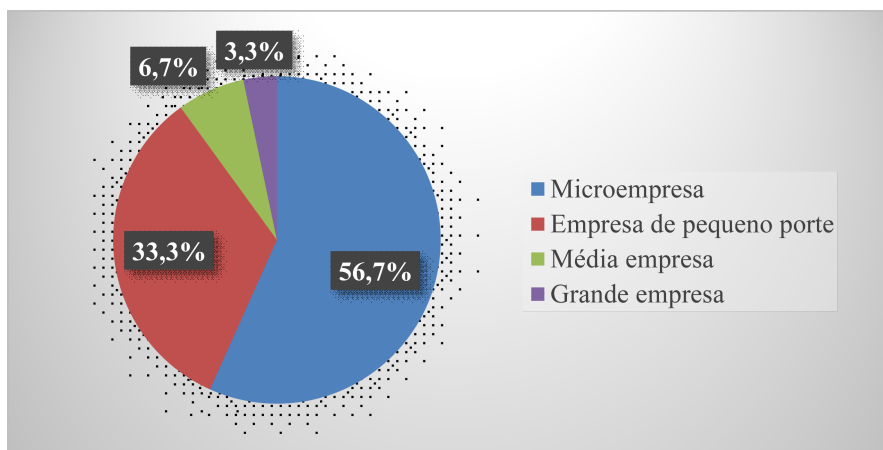
Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Considerando o critério do número de funcionários, observa-se que 93,3% das empresas investigadas são micro e pequenas empresas, sendo que mais da metade (53,3%) é formada por microempresas.

Para a classificação segundo a receita bruta anual foram considerados os parâmetros da Lei Complementar n. 123 (2006) para microempresa (receita bruta igual ou inferior a R\$ 360



mil) e empresa de pequeno porte (receita bruta anual for superior a R\$ 360 mil e igual ou inferior é R\$ 3.600 mil). Os resultados obtidos estão apresentados na Figura 4.



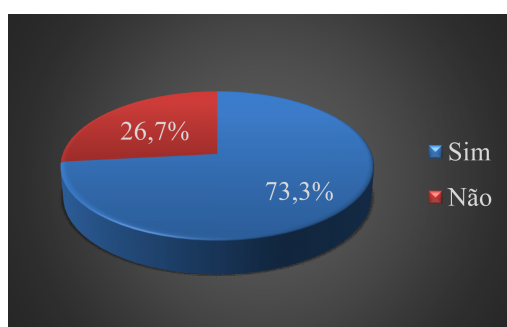
Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Figura 4: Porte da empresa segundo o faturamento

Considerando o critério da receita bruta anual, observa-se que 90% são microempresas ou empresas de pequeno porte, o que está em linha com a classificação segundo o número de funcionários apresentado anteriormente.

#### 4.2. Planejamento financeiro

Dentre os mecanismos de planejamento financeiro, foi investigado se a empresa faz previsão formal de entradas e saídas de caixa. Estes resultados são apresentados na figura a seguir.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Figura 5: Previsão formal de entradas e saídas de caixa

Conforme os entrevistados, 73,3% informaram que realizam previsão formal de entradas e saídas de caixa. Este resultado se aproxima daquele obtido por Vianna (2014), segundo o qual 81% das empresas elaboram e utilizam o fluxo de caixa. Contrariamente, Dias e Laufer (2014) constatou que a maioria (72,72%) das empresas supermercadistas de porte compacto do Vale dos Sinos possuem um fluxo de caixa de maneira informal.

Em seguida foram investigadas as formas de recebimento das vendas realizadas pela empresa, cujos resultados podem ser observados na Tabela 3.

Tabela 3: Formas de recebimento das vendas realizadas pela empresa

Forma de recebimento	Percentual de recebimento					Total
	0%	1% a 25%	Entre 26% e 50%	Entre 51% e 75%	Acima de 75%	
À vista	10,0%	13,3%	43,3%	26,7%	6,7%	100%
Cartão de crédito	46,7%	33,3%	13,3%	0,0%	6,7%	100%
Cheque pré-datado	26,7%	20,0%	33,3%	10,0%	10,0%	100%
Crediário (camê)	90,0%	3,4%	3,3%	3,3%	0,0%	100%
Financeira	93,3%	0,0%	6,7%	0,0%	0,0%	100%

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Observa-se que as três principais formas de recebimento são à vista (90%), em cheque pré-datado (73,3%) e com cartão de crédito (53,3%); em contrapartida, o recebimento através de crediário da própria empresa e por meio de financeiras, são as forma de recebimento menos utilizadas, correspondendo a 10% e 6,75%, respectivamente. Destaca-se que em 43,3% das vendas à vista, a empresa recebe no momento da venda um percentual que varia entre 26% e 50% do valor vendido, e, em 26,7% dessa modalidade de venda, ela recebe no momento da venda um percentual que varia de 51 a 75%.

No caso das vendas terem sido a prazo, foram investigados os prazos concedidos pelas empresas aos seus clientes. Na Tabela 4 são apresentados os resultados.

Tabela 4: Prazos concedidos pela empresa nas vendas a prazo

Prazos	Nº de empresas	%
Até 1 mês	8	26,7
Até 2 meses	4	13,3
Até 3 meses	2	6,7
Entrada e até 1 mês	2	6,7
Entrada e até 2 meses	1	3,3
Entrada e até 3 meses	4	13,3
Outros	9	30
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Observa-se que na maior parte (70%) das empresas o recebimento das vendas realizadas ocorre num período de até três meses, e em um terço dos casos (26,7% + 6,7%) acontece dentro de um mês. No caso dos supermercadistas, Dias e Laufer (2014) observou que a maior parte das empresas (45,46%) possui prazo médio de recebimento das vendas realizadas na faixa de 26 a 30 dias. Essa diferença se dá em relação à presente pesquisa certamente devido ao tipo de negócio (comércio varejista x indústria). De acordo com os resultados da pesquisa de Vianna (2014), a taxa e o custo de captação de empréstimos e financiamentos influenciam nos prazos de pagamentos dados aos clientes, correspondendo a 48% e 79%, respectivamente.

Também foi investigado se a empresa oferece descontos aos seus clientes para os pagamentos serem feitos à vista. Estes resultados podem ser vistos na figura a seguir.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Figura 6: Concessão de descontos para pagamentos à vista

De acordo com o que foi investigado, 86,7% das empresas entrevistadas dão descontos para pagamentos feitos à vista. Isso acontece, principalmente, para “driblar” as taxas de transação dos cartões de crédito e de débito, em que as empresas oferecem o valor que pagariam à operadora como desconto para o cliente no pagamento à vista. Além disso, é um traço cultural do comércio local oferecer 10% de desconto para os pagamentos realizados em espécie (dinheiro).

Acerca do prazo médio de pagamento aos fornecedores, os resultados da pesquisa podem ser vistos na tabela a seguir.

Tabela 5: Prazo médio de pagamento aos fornecedores

Prazos	Nº de empresas	%
Até 1 mês	14	46,7
Até 2 meses	4	13,3
Até 3 meses	7	23,3
Entrada e até 1 mês	0	0,0
Entrada e até 2 meses	0	0,0
Entrada e até 3 meses	3	10,0
Outros	2	6,7
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100</b>

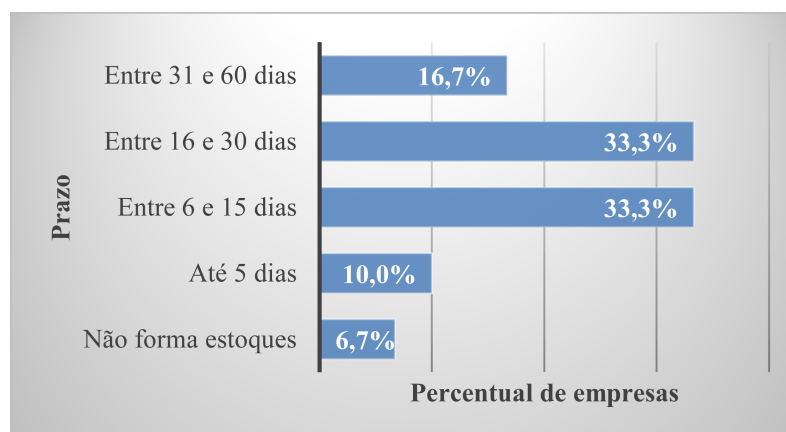
Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Verifica-se que 93,3% das empresas industriais investigadas recebem até três meses de prazo para pagamento aos seus fornecedores, sendo que 46,7% destas recebem apenas o prazo de um mês, demonstrando que as empresas têm um curto prazo para pagamento de seus fornecedores. Os prazos médios de pagamento apresentados na Tabela 5 são bem diferentes daqueles observados por Dias e Laufer (2014) para as empresas comerciais, que operam com prazos bem menores, pois apenas 3,03% das empresas por eles investigadas compram com prazo médio de pagamento superior a 28 dias, sendo esta uma particularidade do setor de supermercados.

Quando comparados os prazos de pagamentos a fornecedores (Tabela 5) e os prazos de recebimento das vendas (Tabela 4), nota-se que enquanto 46,7% das empresas tem apenas um mês para realizar os pagamentos de suas compras junto aos fornecedores, somente 26,7% dessas empresas recebem de seus clientes dentro do prazo de um mês. Se não fosse a grande representatividade dos recebimentos à vista (Tabela 3), certamente estas empresas enfrentariam problemas de fluxo de caixa devido a esse desequilíbrio entre os prazos de

pagamento e recebimento. Desse modo, percebe-se a importância do planejamento financeiro no curto prazo.

Outro prazo médio investigado foi o de estocagem. Os resultados obtidos são apresentados na Figura 7.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Figura 7: Prazo médio de estocagem

Conforme os resultados apresentados na Figura 7, o prazo médio de estocagem de 76,6% das empresas é de até 30 dias, destacando-se 33,3% apresentam prazo médio entre 6 e 15 dias e outras 33,3% que possuem prazo médio de 16 a 30 dias. Esse prazo médio de giro do estoque de um mês parece estar bem alinhado com o prazo recebido dos fornecedores e também com aquele concedido aos clientes. Para o setor de supermercados, Dias e Laufer (2014) observaram que 45,45% das empresas faziam a reposição de suas mercadorias no prazo máximo de até 7 dias e 48,49% informaram que o prazo era variável, pois cada linha de produtos possuía um prazo de reposição diferente.

Foi investigado o tipo de financiamento de curto prazo mais utilizado pelas empresas industriais. Estes resultados podem ser vistos na tabela a seguir.

Tabela 6: Tipo de financiamento de curto prazo utilizado pela empresa

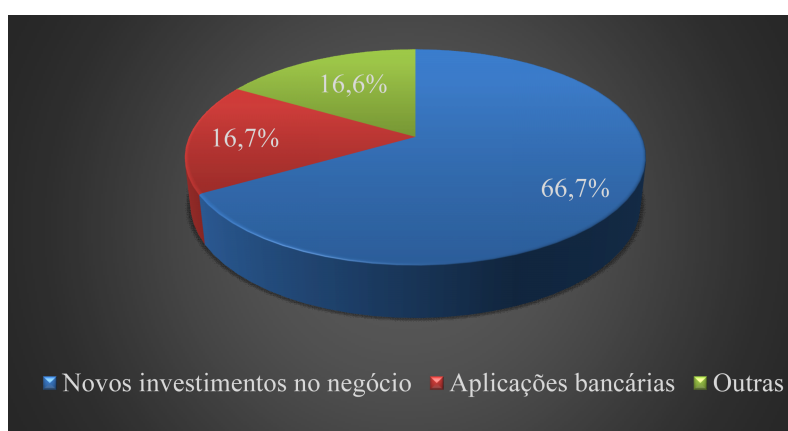
Tipo de financiamento	Nº de empresas	%
Não utiliza	15	50,0%
Negociação de prazo com fornecedores	5	16,6%
Desconto de cheques pré-datados / duplicatas / notas promissórias em <i>factoring</i> ou banco	3	10,0%
Empréstimo bancário tomado em nome dos sócios	3	10,0%
Linha de crédito bancário específica para capital de giro de empresas	2	6,7%
Outros	2	6,7%
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Evidencia-se que metade das empresas não utilizam financiamento de curto prazo, mas nos casos em se faz necessário optam em sua maioria pela negociação com fornecedores (16,6%), recorrendo em seguida às alternativas relacionadas à instituição bancária, a saber: descontos de títulos (10%) como duplicatas, notas promissórias e cheques pré-datados,

empréstimo realizado por algum dos sócios (10%), crédito bancário específico para capital de giro (6,7%), conta garantida da empresa (3,3%). Outra opção também utilizada são os empréstimos junto aos familiares ou amigos dos sócios da empresa (3,3%). Segundo Assaf Neto (2014), a maior parte do financiamento das empresas brasileiras origina-se do crédito bancário, e, para ele, isto ocorre porque as instituições financeiras costumam direcionar a maior parte de seus recursos livres para empréstimos de capital de giro, de curto prazo. Nessa mesma linha, Tavares, Pacheco e Almeida (2015), investigando pequenas e médias empresas do distrito do Porto, em Portugal, observaram que o crédito bancário é a principal fonte de financiamento sendo utilizado por 91% das pequenas e médias empresas.

Também foi investigado como é utilizado o saldo excedente do capital de giro, cujo resultados são apresentados na figura a seguir.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Figura 8: Aplicação do saldo excedente de capital de giro

Quando há saldo excedente de capital de giro, 66,7% das empresas reinvestem no negócio, 16,7% realizam aplicações bancárias e outros aplicam em poupança (3,3%), imóveis (3,3%) ou realizam investimentos que não foram especificados (10%).

## 5. Considerações Finais

Este trabalho teve por objetivo investigar os mecanismos de planejamento financeiro utilizados pelas pequenas e médias empresas do Estado de Sergipe. Para isto foram aplicados questionários junto a 30 indústrias, sendo que um terço destes foram respondidos pelos proprietários. Também é importante ressaltar que 57% dos entrevistados são pessoas experientes com mais de 6 anos de atuação no setor. Quanto às empresas, observou-se que elas são em sua maioria consideradas como micro e pequenas empresas (em torno de 90% da amostra) e de natureza familiar (86,7%).

No que diz respeito aos mecanismos de planejamento financeiro, destaca-se que 73,3% das empresas realizam previsão formal de entradas e saídas de caixa. Com relação aos prazos médios, quando comparados os prazos de pagamentos a fornecedores e os prazos de recebimento das vendas, nota-se que enquanto 46,7% das empresas tem apenas um mês para realizar os pagamentos de suas compras junto aos fornecedores, somente 26,7% dessas empresas recebem de seus clientes dentro do prazo de um mês. Se não fosse a grande representatividade dos recebimentos à vista, certamente estas empresas enfrentariam problemas

de fluxo de caixa devido a esse desequilíbrio entre os prazos de pagamento e recebimento. Desse modo, percebe-se a importância do planejamento financeiro no curto prazo.

Quanto às limitações da pesquisa, destaca-se que não foi possível obter informações detalhadas acerca dos registros financeiros das empresas, para que pudesse ser feita uma “triangulação” das informações prestadas pelos entrevistados. Para pesquisas futuras, sugere-se a replicação desta pesquisa em mais empresas brasileiras, a fim confirmar ou refutar os resultados aqui obtidos com as micro e pequenas empresas.

### Referências

- Alhabeeb, M. J. (2015). *Entrepreneurial Finance: Fundamentals of Financial Planning and Management for Small Business*. New Jersey/USA: John Wiley & Sons, Inc.
- Assaf Neto, A. (2014). *Finanças Corporativas e Valor* (7a ed). São Paulo: Atlas.
- Belo, L. C. (2009). *Contribuição para o estudo do planejamento financeiro em pequenas empresas com contabilidade terceirizada* (Dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Brealey, R. A., Myers, S. C., & Allen, F. (2013). *Princípios de Finanças Corporativas* (10a ed.). (C. R. Paschoa, Trad.). Porto Alegre: AMGH. (Obra original publicada em 2011).
- Dias, T. F., & Laufer, J. (2014). Planejamento financeiro de curto prazo: Um estudo exploratório em empresas supermercadistas compactas do Vale dos Sinos/RS – Brasil. *Revista de Estudos do CEPE*, (39), 11-13.
- Federação das Indústrias do Estado de Sergipe. (2015). *Cadastro Industrial de Sergipe - 2012*. Recuperado de <http://www.fies.org.br/leitura/29/cadastroindustrial.html>
- Gil, A. L. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa* (5a ed). São Paulo: Atlas.
- Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006*. (2006). Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis n. 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei n. 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar n. 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis n. 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Casa Civil.
- Marinho, S. C. B. G. (2015). *A gestão de tesouraria e políticas de financiamento a curto prazo nas PME* (Dissertação de mestrado). Associação de Politécnicos do Norte, Bragança, Distrito de Bragança, Portugal.
- Pohren, D. S. (2007). *Planejamento financeiro em empresas de pequeno e médio porte na atividade de comércio* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Roberts, R. (2015). *Finance for Small and Entrepreneurial Business*. New York/USA: Routledge.
- Ross, S. A., Westerfield, R. W., & Jaffe, J. F. (2009). *Administração Financeira* (2a ed.). (A. Z. Sanvincente, Trad.). São Paulo: Atlas. (Obra original publicada em 1999).
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. (2014). *Participação das micro e pequenas empresas na economia brasileira*. Recuperado de: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. (2015). *Critérios de classificação de Empresas: MEI - ME - EPP*. Recuperado de: <http://www.sebrae-sc.com.br/leis/default.asp?vcdtexto=4154>

Tavares, F. O.; Pacheco, L.; Almeida, E. F. (2015). Financiamento das pequenas e médias empresas: análise das empresas do distrito do Porto em Portugal. *RAUSP - Revista de Administração*, 50 (2), 254-267.

Vergara, S. C. (2015). *Métodos de pesquisa em Administração* (6a ed). São Paulo: Atlas.

Vianna, C. T. (2014). *Gestão financeira de curto prazo – PMEs: Os desafios de um programa operacional e o modelo de Fleuriet* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.